

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO E O DIREITO FINANCEIRO..... 53

1. Atividade Financeira do Estado	53
2. Direito Financeiro.....	55
2.1. Autonomia do direito financeiro	57
2.2. Fontes do direito financeiro	61
2.2.1. Fontes formais.....	62
2.2.1.1. Fontes principais.....	62
A) Constituição Federal	62
B) Leis Complementares.....	62
B.1. Lei Complementar n.º 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal	64
B.2. Lei 4.320/64	68
C) Leis Ordinárias.....	69
D) Leis Delegadas	69
E) Medida Provisória	69
E.1. Jurisprudência	70
2.2.1.2. Fontes secundárias	71
A) Decretos	71
B) Resoluções	71
C) Atos Normativos.....	72
D) Decisões Administrativas.....	72
E) Decisões Judiciais – Judicialização das políticas públicas.....	72
2.2.2. Fontes materiais – Ciência das Finanças	89
3. Premissas do Direito Financeiro	91
3.1. Limitação de recursos.....	93
3.2. Escolhas trágicas.....	96
4. Competência Legislativa.....	99
4.1. Competência dos Municípios em matéria de direito financeiro	103
5. Direito Financeiro e o Federalismo Assimétrico.....	105
6. Quadro Sinóptico	111
7. Informativos selecionados	113
7.1. STF	113
8. Questões de Concursos Públicos	114

CAPÍTULO 2

ORÇAMENTO PÚBLICO 117

1. Conceito	118
2. Aspectos do Orçamento	119

3. Natureza Jurídica	123
3.1. Emendas Constitucionais recentes (86/2015; 100/2019; 102/2019 e 105/2019) e a impositividade do orçamento.....	127
3.2. Releitura da natureza jurídica do orçamento após a EC n. 100/2019. O que muda no orçamento	135
3.3. Quadro doutrinário	139
3.4. Panorama jurisprudencial.....	141
3.5. Orçamento Público “Secreto”: contradição nos seus termos.....	143
3.6. Controle de constitucionalidade do orçamento	149
3.7. O orçamento e a sua autoridade de lei.....	154
4. Espécies de Orçamento	155
5. Princípios Orçamentários e financeiros.....	158
5.1. Princípio da Legalidade.....	162
5.2. Princípio da Exclusividade	164
5.3. Princípio da Programação	165
5.4. Princípio do Equilíbrio Orçamentário.....	168
5.5. Princípio da Anualidade.....	171
5.6. Princípio da Unidade	173
5.7. Princípio da Universalidade.....	174
5.8. Princípio do Orçamento-bruto	175
5.9. Princípio da Transparência Orçamentária.....	176
5.9.1. Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).....	180
5.9.2. Do Relatório de Gestão Fiscal (RGF)	182
5.9.3. Da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/11).....	184
5.9.4. O tema na jurisprudência.....	186
5.9.5. Transparência e os gastos secretos	187
5.10. Princípio da Não Afetação (Não Vinculação) das Receitas de Impostos.....	190
5.11. Princípio da Especificação ou Especialização	196
5.12. Princípio da Proibição de Estorno	198
5.13. Princípio da Unidade de Tesouraria (ou Unidade de Caixa).....	202
5.14. Princípio da Economicidade	205
5.15. Princípio da diferenciação das fontes de financiamento	206
6. Dos Créditos Adicionais.....	208
6.1. Créditos suplementares	209
6.2. Créditos especiais.....	211
6.3. Créditos extraordinários.....	212
6.4. Fontes para a abertura de créditos adicionais	216
6.4.1. Superávit financeiro	216
6.4.2. Excesso de arrecadação.....	216
6.4.3. Anulação parcial ou total de dotações.....	216
6.4.4. Operações de crédito.....	217
6.4.5. Reserva de contingência	217
6.4.6. Recursos sem despesas correspondentes	218

7. Da Orçamentação	219
7.1. Ciclo orçamentário	219
7.1.1. Iniciativa	220
A) Pode o Executivo alterar a proposta orçamentária dos demais órgãos e poderes?	225
7.1.2. Apreciação e Emendas ao orçamento	227
7.1.3. Sanção ou veto	234
7.1.4. Execução	234
7.1.5. Controle	236
8. Das Leis Orçamentárias.....	237
8.1. Plano Plurianual	238
8.1.1. Conceito	238
8.1.2. Conteúdo.....	239
8.1.3. Prazo para envio.....	240
8.1.4. Vigência.....	240
8.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	242
8.2.1. Conceito	242
8.2.2. Conteúdo.....	247
8.2.3. Prazo para envio.....	247
8.2.4. Vigência.....	248
8.2.5. LDO e as novidades trazidas pela LRF	249
8.2.5.1. Do Anexo de Metas Fiscais	249
8.2.5.2. Do Anexo de Riscos Fiscais.....	252
8.3. Lei Orçamentária Anual (LOA)	253
8.3.1. Conceito	253
8.3.2. Conteúdo.....	255
8.3.3. Prazo para envio.....	257
8.3.4. Vigência.....	257
8.3.5. LOA e as novidades trazidas pela LRF	258
9. Abordagem Crítica do Orçamento: Atraso no trâmite das leis orçamentárias e ausência de afinidade lógica	260
10. Orçamento Participativo	264
11. Desvinculação da Receita da União (Emendas Constitucionais nºs 10, 17, 27, 42, 56, 68, 93, 126 e 132).....	265
11.1. A redirecionamento da receita dos tributos vinculados e seus reflexos jurídicos.....	271
12. Vedações do art. 167 da Constituição Federal.....	275
13. Quadro sinóptico	281
14. Súmulas Aplicáveis	288
14.1. STJ	288
14.2. STF	288
15. Informativos Recentes	289
15.1. STJ	289
15.2. STF	290

16. Jurisprudência Seleccionada.....	297
16.1. STJ.....	297
16.2. STF.....	297
17. Questões de Concursos Públicos.....	300

CAPÍTULO 3

TEORIA DOS INGRESSOS PÚBLICOS – RECEITA PÚBLICA..... 305

1. Introdução.....	305
2. Conceito.....	306
3. Classificação.....	307
3.1. Quanto à periodicidade ou regularidade.....	307
3.1.1. Ordinária.....	307
3.1.2. Extraordinária.....	307
3.2. Quanto ao sentido.....	307
3.2.1. Amplo.....	307
3.2.2. Restrito.....	307
3.2.3. “Taxas” de inscrição em concurso público e sua classificação.....	309
3.3. Quanto à competência do ente da Federação.....	311
3.3.1. Federal.....	311
3.3.2. Estadual (Distrital).....	311
3.3.3. Municipal.....	311
3.4. Quanto às fontes, origem ou coercitividade.....	311
3.4.1. Originárias.....	312
3.4.2. Derivadas.....	312
3.5. Quanto à natureza ou previsão orçamentária.....	318
3.5.1. Orçamentária.....	318
3.5.2. Extraorçamentária.....	318
3.6. Quanto à categoria econômica (classificação legal).....	321
3.6.1. Receitas Correntes.....	321
A) Receita Tributária.....	321
B) Receitas de Contribuições.....	321
C) Receita Patrimonial.....	321
D) Receita Agropecuária.....	322
E) Receita Industrial.....	322
F) Receita de Serviços.....	322
G) Transferências Correntes.....	322
H) Outras Receitas Correntes – Análise da natureza jurídica dos <i>royalties</i>	322
3.6.2. Receitas de Capital.....	325
A) Operações de Crédito.....	326
B) Alienação de Bens.....	326
C) Amortização de Empréstimos.....	326
D) Transferências de Capital.....	326
E) Outras Receitas de Capital.....	326

4. Regime Contábil da Receita	329
5. Dívida Ativa.....	330
5.1. Da possibilidade de protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA)	332
5.2. Da distinta classificação dos tributos aplicada no conceito de dívida ativa e nos institutos da Lei de Execução Fiscal.....	335
5.3. Da securitização da dívida ativa.....	336
5.4. Da Resolução 547 do CNJ e seu reflexo na Dívida Ativa.....	337
6. Fases da Receita.....	339
6.1. Previsão.....	340
6.2. Lançamento	341
6.3. Arrecadação	342
6.4. Recolhimento	342
7. Receita Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	343
7.1. Receita Corrente Líquida	343
7.1.1. Receita Corrente Líquida x Base de Cálculo do Repasse ao Legislativo Municipal (duodécimo)	344
7.1.2. Receita Corrente Líquida x Base de Cálculo dos índices constitucionais de saúde e educação	347
7.1.3. Receita Corrente Líquida como base de cálculo de diversos institutos legais	350
A) Reserva de Contingência.....	350
B) Dívida consolidada dos entes federativos.....	351
C) Despesas com pessoal.....	351
D) Parcerias público-privadas	352
E) Pagamento de precatórios.....	353
F) Emendas impositivas.....	354
7.2. Responsabilidade na gestão fiscal.....	354
7.2.1. Sanções pela não eficiência arrecadatória	356
7.3. Renúncia de Receita.....	359
8. Repartição de Receitas Tributárias – Transferências Constitucionais	369
8.1. Transferências constitucionais e seu reflexo no Imposto de Renda Retido na Fonte	374
8.2. Transferências constitucionais e reflexo da isenção do ICMS nos repasses aos Municípios	377
8.3. Transferências constitucionais e reflexos da isenção do IPI e do IR nos repasses aos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	383
8.4. Compensação dos Estados pela desoneração das exportações do ICMS – “Lei Kandir”	385
8.5. A repatriação e o reflexo nas receitas dos Estados e dos Municípios	386
8.6. Reforma Tributária e impactos na distribuição das receitas	387
8.6.1. Alterações no ICMS.....	387
8.6.2. Alterações no IPI.....	388
8.6.3. Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional	388
9. Bloqueio de Transferências	388
10. Sobre os Fundos PÚBLICOS.....	392
11. Duodécimos: entrega de recursos aos demais Poderes e Órgãos	397
12. Quadro Sinóptico	403

13. Súmulas Aplicáveis.....	407
13.1. STJ.....	407
13.2. STF.....	407
14. Informativos Recentes.....	407
14.1. STJ.....	407
14.2. STF.....	408
15. Jurisprudência Seleccionada.....	411
15.1. STF.....	411
15.2. STJ.....	413
16. Questões de Concursos Públicos.....	414

CAPÍTULO 4

DESPESAS PÚBLICAS 419

1. Introdução.....	420
2. Conceito.....	420
3. Classificação.....	423
3.1. Quanto à origem do recurso.....	423
3.2. Quanto à competência do ente.....	424
3.2.1. Federal.....	424
3.2.2. Estadual.....	424
3.2.3. Municipal.....	424
3.3. Quanto à regularidade.....	424
3.4. Quanto à natureza legal.....	424
3.4.1. Despesas correntes.....	425
3.4.2. Despesas de capital.....	426
3.5. Quanto ao disposto pela LRF.....	428
3.6. Classificações para os concursos de Auditor do Tribunal de Contas, Técnicos e Analistas.....	429
3.6.1. Classificação institucional.....	429
3.6.2. Classificação funcional-programática.....	430
4. Fases da despesa Pública.....	433
4.1. Empenho.....	435
4.1.1. Tipos de empenho.....	438
4.1.2. Pode um empenho ser cancelado ou anulado?.....	439
4.2. Liquidação.....	442
4.3. Pagamento. Importância do ordenador de despesas.....	444
4.3.1. Impessoalidade no pagamento – Ordem cronológica de sua ocorrência.....	447
4.3.2. Pagamento antecipado.....	449
4.3.3. Retenções de tributos nos pagamentos e exigência de certidões de regularidade fiscal.....	451
5. Regime Contábil da Despesa.....	454
5.1. Exceções aos regimes contábeis.....	456
5.2. Regime de competência e o período adicional.....	456
6. Restos a Pagar.....	457

6.1. Restos a pagar em final de mandato	463
6.2. Restos a pagar e calamidade pública	467
7. Adiantamento ou Suprimento de Fundos.....	468
8. Despesas Públicas de Origem Administrativa: Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)	472
9. Despesas Públicas de Origem Judicial: Precatório	474
9.1. Conceito e finalidade	475
9.2. Alcance do regime.....	477
9.3. Procedimento.....	480
9.4. Regra geral dos precatórios.....	482
9.5. Classificação dos precatórios. Ordem de pagamento.....	484
9.6. Requisições de Pequeno Valor	488
9.7. Exceção ao regime.....	491
9.8. Função administrativa do Tribunal.....	496
9.9. Complementação, suplementação e fracionamento de precatório.....	497
9.10. Compensação de precatório realizado pela Fazenda Pública (compensação de ofício)	500
9.11. Precatórios e reflexos tributários	502
9.11.1. Compensação realizada pelo contribuinte.....	502
9.11.2. Precatório e o processo executivo fiscal	507
9.11.3. Precatório e Certidão Negativa de Débito (CND).....	507
9.11.4. Precatórios, depósitos judiciais e litigância tributária (LC n. 151/15)	508
9.11.5. Precatório e transação tributária	512
9.11.6. Precatório e restituição de indébito tributário.....	513
9.12. Precatórios e suas múltiplas finalidades.....	514
9.13. Atualização monetária dos precatórios.....	515
9.14. Cessão de precatórios	520
9.14. Acordos judiciais e ordem de precatório.	521
9.16. Das Emendas Constitucionais n.s 113 e 114, ambas de 2021. PEC dos Precatórios. Limitação de seu pagamento. ADI 7064.....	523
9.17. Amortização de dívidas via precatórios.....	526
9.18. Regimes Especiais de Precatórios.....	527
9.18. Alterações no regime de precatórios decorrentes da EC 136/2025.....	531
A) Limitação dos pagamentos a percentual da Receita Corrente Líquida (RCL)	531
B. Atualização monetária e juros de mora – novo critério	532
C. Antecipação da data-limite para inclusão no orçamento	532
D. Exclusão do gasto com precatórios do limite de despesas primárias para a União.	532
E. Linhas de crédito e financiamento subsidiado	532
F. Sanções em caso de descumprimento	533
9.19. Precatório e dano moral	533
9.20. Do sequestro das contas públicas e hipóteses de permissão constitucional	534
9.21. Intervenção federal.....	544
9.22. Do cancelamento de precatórios e sua prescrição.....	545

10. Despesas Públicas e O Regime Fiscal SUSTENTÁVEL (LC 200/2023)	546
10.1. Duração e características do Regime.....	548
10.2. Alcance do Regime.....	549
10.3. Indexador do crescimento das despesas	550
10.4. Conceito de Receita para fins do Regime Fiscal.....	551
10.5. Exceções ao Regime	551
10.6. Medidas de ajuste fiscal.....	554
10.7. Despesas com investimentos	556
11. Despesas Públicas e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	557
11.1. Da execução orçamentária.....	557
11.2. Limitação de empenho. Contingenciamento.....	559
11.3. Limitação de empenho de outros poderes pelo Executivo. Inconstitucionalidade reconhecida..	562
11.4. Geração de despesa	563
11.5. Despesa obrigatória de caráter continuado – DOCC	565
11.6. Despesas com pessoal.....	567
11.6.1. Conceito	569
11.6.2. Limites de gasto dos Poderes e órgãos. Especificidade da Câmara de Vereadores. Novidades da LC n. 178/2021	575
11.6.3. Exceções ao cômputo dos gastos.....	578
11.6.4. Despesas nulas	582
11.6.5. Controle dos gastos de pessoal.....	585
A) Limite alerta	585
B) Limite prudencial	585
C) Excesso de despesa: prazo para a sua eliminação	589
D) Regra temporária para recondução das despesas com pessoal ao limite (LC n. 178/2021)	589
E) Direito à nomeação e à incorporação de vantagens versus limitação orçamentária.....	591
F) Medidas legais e constitucionais para o controle de gastos com pessoal	595
G) Direito à revisão anual em tempos de crise financeira. Dos custos dos direitos.....	600
H) Sanções.....	605
I) Suspensão das sanções frente à queda das receitas. Inovação da LC n. 164/2018.....	605
J) Despesas com pessoal e calamidade pública.....	607
11.7. Despesas com a seguridade social	607
12. Destinação de Recursos para o Setor Privado – Subvenções	608
13. Cooperação entre os entes Federativos.....	611
14. Transferências.....	612
14.1. Transferências obrigatórias	613
14.2. Transferências voluntárias.....	613
14.2.1. Requisitos	614
14.2.2. Exceções.....	615

14.2.3. Do Cadastro Único de Convênio. Sanções aos entes federativos	616
14.2.4. Medidas que habilitam o ente federativo ao recebimento das transferências voluntárias. Responsabilização pessoal do ex-gestor.....	624
14.2.5. Princípio da intranscendência subjetiva das sanções.....	626
14.3. Transferências automáticas	630
15. Despesa pública em tempos de crise – Reflexos da pandemia da covid-19. EC n. 109/21, EC n. 106/20 e LC n. 173/20	630
15.1. Considerações iniciais	630
15.2. Critérios para a fixação das despesas em tempos de crise. Análise à luz das recentes inovações legislativas.....	631
15.3. Calamidade Pública e a Constituição Federal (EC n. 109/21)	634
15.4. Crise financeira e medidas constitucionais de controle de gastos (EC n. 109/21)	637
15.5. Crise financeira e a Lei de Responsabilidade Fiscal	641
15.6. O recente caso Coronavírus – Como os poderes enfrentaram o problema	645
15.6.1. O problema.....	645
15.6.2. Medidas legislativas tomadas no âmbito da receita, da despesa e do crédito público para o combate à crise. EC n. 106/20 e LC n. 173/20.....	646
15.6.3. Do enfrentamento judicial	649
16. Quadro Sinóptico	651
17. Súmulas Aplicáveis.....	662
17.1. STJ	662
17.2. STF	662
18. Informativos Recentes.....	663
18.1. STJ	663
18.2. STF	666
19. Jurisprudência Seleccionada.....	676
19.1. STJ	676
19.2. STF	677
20. Questões de Concursos Públicos	679

CAPÍTULO 5

LINHAS GERAIS DO CRÉDITO PÚBLICO..... 683

1. O Empréstimo como Processo Financeiro	683
2. Breve histórico	685
3. Aspectos jurídicos do crédito público	686
4. Conceito	688
4.1. Crédito público como fonte de receitas – Empréstimo público – Estado devedor.....	688
4.2. Crédito público como política interventiva na economia – Estado credor	690
5. Natureza Jurídica	692
5.1. Tese Drago.....	694
6. Classificações do Crédito Público.....	695
6.1. Quanto à coercitividade.....	695
6.2. Quanto à temporalidade	697

6.2.1. Dívida pública flutuante	697
6.2.2. Dívida pública fundada ou consolidada.....	697
6.3. Quanto à origem dos recursos.....	699
6.3.1. Dívida externa.....	699
6.3.2. Dívida interna.....	700
7. Títulos da Dívida Pública e sua Relação com o Direito Tributário	701
8. Crédito Público na Constituição Federal.....	703
8.1. Atribuições do Congresso Nacional.....	705
8.2. Atribuições do Senado Federal	705
9. Crédito Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	709
9.1. Definições gerais	710
9.2. Da contratação das operações de crédito	712
9.3. Operações de crédito proibidas	714
9.4. Concessão de garantias.....	716
9.5. Limites e controle para o endividamento público	718
9.6. Antecipação da Receita Orçamentária (ARO).....	719
10. O Banco Central na Constituição e na LRF	720
10.1. EC n. 106/20 e as alterações momentâneas nas atribuições do Banco Central para combater a “calamidade fiscal”	725
11. O Sistema Financeiro Nacional.....	728
12. Quadro Sinóptico	731
13. Informativos Recentes.....	734
14. Jurisprudência selecionada.....	735
14.1. STF	735
15. Questões de Concursos Públicos	738

CAPÍTULO 6

CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO.....	741
1. critérios para o controle.....	742
2. Áreas de Controle	747
3. Espécies de Controle.....	748
3.1. Quanto ao momento	748
3.2. Quanto ao órgão ou agente que realiza a fiscalização	750
3.2.1. Controle interno	750
3.2.2. Controle externo	752
3.2.3. Controle popular ou social (<i>whistleblowing</i>).....	754
4. Objeto do Controle	759
5. A LINDB e seus reflexos nas decisões envolvendo as finanças públicas.....	765
5.1. Vedação do decisionismo no direito	766
5.2. Decisão que resulte em invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa	767
5.3. Interpretação de normas sobre gestão pública.....	767
5.4. Segurança jurídica e invariância do direito	768
6. Dos Tribunais de Contas.....	770

6.1. Conceito e função	771
6.2. Natureza jurídica do Tribunal de Contas	771
6.3. Tribunal de Contas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Definição da competência jurisdicional no controle das transferências intergovernamentais	772
6.4. Natureza jurídica das decisões dos Tribunais de Contas	779
6.5. Tribunal de Contas e a constitucionalidade de leis e atos do poder público	780
6.6. Eficácia das decisões do Tribunal de Contas. Legitimidade para a sua cobrança	783
6.7. O devido processo legal, o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo	786
6.8. Competência do Tribunal de Contas	788
6.8.1. Emissão de parecer prévio	788
6.8.1.1. O tema na jurisprudência	790
A) Quando não há o julgamento das contas pelo Legislativo	790
B) Rito do julgamento das contas do Presidente da República	791
6.8.2. Julgamento de contas	792
6.8.2.1. Contas de Governo x Contas de Gestão – Resgate da valorização do Poder Legislativo	794
6.8.2.2. “Lei da Ficha Limpa” e o julgamento do Tribunal de Contas	803
6.8.2.3. Delegação de competência e responsabilidade dos gestores	805
6.8.2.4. Possíveis resultados do julgamento do Tribunal de Contas	809
6.8.2.5. Do julgamento das contas dos Tribunais de Contas	810
6.8.3. Controle de atos de pessoal	812
6.8.3.1. O tema na jurisprudência	813
6.8.4. Fiscalização em sentido estrito	815
6.8.4.1. O tema na jurisprudência	819
6.8.5. Aplicação de sanções e medidas cautelares	819
6.8.5.1. Espécies de sanções: multas e ressarcimento	821
6.8.5.2. Sanções e tipicidade	825
6.8.5.3. Medidas cautelares e outras atribuições punitivas	826
6.8.5.4. Transmissibilidade das sanções aos sucessores	829
6.8.5.5. Excludentes das sanções	830
6.8.5.6. Prescrição das sanções: a polêmica imprescritibilidade das ações de ressarcimento	832
6.8.5.7. Da impossibilidade de aplicação de penalidades através do parecer prévio ..	837
6.8.6. Competência corretiva	840
6.8.7. Dever de representação	844
6.8.8. Auxílio aos Fundos de Participação	844
6.8.9. Auxílio à Comissão Mista Permanente	846
6.8.10. Poder Regulamentar	847
6.8.11. Controle externo do Comitê Gestor	848
6.9. Tribunal de Contas e a Lei de Responsabilidade Fiscal	849
6.10. Tribunal de Contas e o sigilo bancário	851
6.10.1. O tema na jurisprudência	852

6.11. Organização dos Tribunais de Contas.....	853
6.11.1. Composição.....	853
6.11.2. Requisitos para o provimento dos cargos.....	853
6.11.3. Competência para indicação dos membros.....	854
6.11.4. Equivalência de impedimentos e vantagens.....	855
6.12. Tribunal de Contas e os direitos fundamentais.....	857
7. Direito financeiro como instrumento de combate à corrupção. <i>Compliance</i> e Lei Anticorrupção.....	859
8. Quadro Sinóptico.....	869
9. Súmulas Aplicáveis.....	872
9.1. STJ.....	872
9.2. STF.....	872
9.3. TCU.....	873
10. Informativos Recentes.....	876
10.1. STJ.....	876
10.2. STF.....	877
11. Jurisprudência Seleccionada.....	887
11.1. STF.....	887
12. Questões de Concursos Públicos.....	890

ADENDO

JURISPRUDÊNCIA ESPECÍFICA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	893
INFORMATIVOS: LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – STF.....	899
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	919